

Rio 45 graus: trajetória e efeito da violência e da segregação urbana

SALVATORE BARRETO BENVENUTO*

15

*Um brinde com taça de vinho
Cheiro de asfalto no sangue
Um atalho com fuzil no caminho
No cardápio bitterusso champagne
Os atentados civis viram showmícios
Dos que nunca estão no controle
E vão crescendo os vícios*
O Rappa (Bitterusso Champagne)

Resumo

Nos 450 anos do Rio de Janeiro, as questões sobre segurança pública são um tema chave para desvendar a cidade. A proposição da metrópole partida ainda espelha uma imagem realista no Rio da “pacificação”, suas desigualdades revestidas de novos e vistosos equipamentos públicos. No entremeio das obras voltadas para os grandes eventos, a violência floresce. O enfrentamento dessa violência com repressão pela força guarda contornos característicos de um panorama antigo. Nele, a cidade se revela desenhada como um quadro, no qual a pobreza urbana não tem lugar. Tal conflito vem recrudescendo ao longo do tempo, sem alguma perspectiva real de que venha a se dissolver.

Palavras-chave: Território; Segregação; Rio de Janeiro; Favela; Violência.



* SALVATORE BARRETO BENVENUTO é Mestre em Ciência Política pela UFRJ.

Introdução

Em seus 450 anos, a cidade do Rio de Janeiro estabeleceu um cenário de disputa por território. A cidade formal, legal e inscrita no imaginário como maravilhosa, versus a informal, um problema em diversos sentidos.

As forças em choque são representadas na narrativa sobre a cidade através das imagens pungentes do tráfico e da polícia: “morro” versus “asfalto”. Os cidadãos, mais ou menos invisíveis, estão sitiados entre duas ideias poderosas em conflito. Dois conceitos que ao se enfrentarem, carregam a cidade de maneira imprevisível e aleatória.

No dia a dia, o processo de consolidação das favelas é experimentado como a acomodação sempre precária de relações de poder e lógicas territoriais muitas vezes contraditórias, produtoras de formas de exercício de soberania específicas sobre certos lugares do espaço urbano. A vida cotidiana se desdobra nos interstícios de diferentes esforços de territorialização, que são simultaneamente forjados por disputas no comércio de drogas e pela presença de uma força policial violenta e corrupta (...) (CAVALCANTI, 2013: 194).

Dentro e fora das comunidades estas forças reproduzem seu embate. Nas negociações diárias por espaço, nas entrelinhas do conflito, palmo a palmo a cidade se desenha. Entretanto, nos diversos fronts o que se percebe não é um acordo em andamento, mas um choque reiterado. A resistência à mescla das “duas cidades” vem se traduzindo num aumento constante da violência.



Assim, a dinâmica da convivência aponta para o recrudescimento das diferenças. As interferências das políticas públicas acabam por produzir novas formas de separação. Na

tentativa de projetar a imagem de uma cidade integrada, como possível solução das diferenças, estas produzem híbridos das já conhecidas dissenções.

Numa pesquisa nas favelas no complexo de Manguinhos (RJ), Mariana Cavalcanti assinala a decomposição das obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) em termos familiares, pelos moradores. No fundo, onde se poderia esperar uma verdadeira integração nada muda, ou melhor, criam-se novas e inusitadas fronteiras.

Assim, as realocações patrocinadas pelo Estado e as remodelações do ambiente físico, bem como as gradações dos níveis de conflitos relacionados ao tráfico são vistos em continuidade com as mudanças passadas, que pouco afetaram as condições estruturais em que a vida se desenrola. A própria sensação de mudança iminente tem, aliás, perdurado por mais de três anos, tornando-se ela mesma mais um aspecto contraditório do cotidiano. (CAVALCANTI, 2013:223).

Na percepção dos habitantes destas zonas de “inclusão”, a possibilidade de mudança não cria grandes expectativas, mas torna-se questão sabida. Como elementos dos discursos, que na prática servem apenas para movimentar as arenas política e econômica, são íntimos das promessas sem efeito real.

A pesquisadora propõe um novo tipo de invisibilidade, onde a atenção do “asfalto” e do turista é habilmente

desviada para o equipamento público. Este é deliberadamente “vistoso”, grande e se destaca na paisagem. Essa estratégia, ainda que considerada não intencional, tem como efeito “nublar” o problema mesmo diante dos olhos. Os invisíveis ainda estão ali, mas ofuscados pela intensa imagem de uma suposta “integração” com a cidade.

As obras do PAC, em suma, inauguraram um regime distinto de (in)visibilidade dessas comunidades na paisagem urbana, na medida em que, deliberadamente, ressignificam os contrastes e as fronteiras sociais historicamente constituídas, ao ressaltar o espetáculo de sua incorporação à cidade através de grandiosas obras de infraestrutura e “pacificação”. (CAVALCANTI, 2013: 203).

Assim, as proposições para segurança pública que estão em andamento sugerem uma justificativa para mais do mesmo. As dinâmicas de repressão e remoção permanecem como estratégias na relação com as populações das comunidades, ainda que acompanhadas por novos e vistosos aparatos e práticas.

Neste caso, é bem possível que a violência gerada pelo encontro entre “morro” e “asfalto” continue. Antes da alteração armada há uma simbólica, a qual é produto da falta de consenso no compartilhamento dos espaços. Não é possível limitar o acesso ao parque, à praia, ao shopping, e não é possível separar a cidade da favela. Dessa forma, é importante perseguir o diálogo.

1. A trajetória da segregação

Licia Valladares estabelece no século XIX o interesse pela pobreza urbana. Neste momento, grandes transformações urbanísticas estão sendo propostas na Europa, e o Brasil está atento às mesmas. As demandas do modelo

industrial de produção requerem mudanças na planta da cidade.

No século XIX, quando a pobreza urbana se transforma em preocupação das elites, tanto lá como cá, são os profissionais ligados à imprensa, literatura, engenharia, medicina, ao direito e à filantropia que passam a descrever e propor medidas de combate à pobreza e à miséria. (VALLADARES, 2000)

Neste momento, majoritariamente médicos e engenheiros planejavam as reformas, o que representava determinadas abordagens das questões sociais. De um modo geral acreditava-se que o avanço da civilização por si só traria mais equilíbrio às desigualdades. Assim, sob aquele ponto de vista, o problema seria resolvido pelo progresso e este era a principal preocupação.

A pobreza, pelo viés higienista, torna-se uma questão sanitária, a qual deve ser erradicada, e tal como uma epidemia precisa ser contida e isolada. As chamadas “classes perigosas” eram a fonte das desordens e da criminalidade. Assim como uma doença, contaminavam o corpo da cidade, a qual padecia desses indivíduos.

No Rio de Janeiro, assim como na Europa, os primeiros interessados em esmiuçar a cena urbana e seus personagens populares voltaram sua atenção para o cortiço, considerado no século XIX como o locus da pobreza, espaço onde residiam alguns trabalhadores e se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada “classe perigosa”. (VALLADARES, 2000)

As atenções voltam-se para as habitações precárias de então. Sendo estética e sanitariamente reprováveis, elas fundamentalmente não têm lugar no ideal de progresso. São um testemunho

do atraso, um vislumbre do passado dentro de um projeto de futuro. Assim, remover e realocar essas pessoas se torna inclusive uma questão estética. Projetar a ideia de modernidade era também adentar na mesma.

Há também a questão sanitária. Foucault, em “O Nascimento do Hospital”, estabelece o exercício de uma determinada contenção relacionada à pobreza. Uma série de comportamentos eram considerados patológicos e o hospital era o lugar para onde deveria se conduzir estes casos.

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por estas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. (FOUCAULT, 2007: 101)

Mesmo com as transformações contundentes no hospital e na prática médica, foram criados aparatos médicos/sanitários de isolamento. A medida mais aceita é a de retirar do corpo da cidade os agentes patogênicos. Portanto, as habitações precárias, assim como os hábitos de seus moradores, são uma ameaça à saúde da urbe. É indicado para tanto um afastamento destes agentes dos centros urbanos, alocando os mesmos nas periferias.

Assim, ainda que necessário ao desenvolvimento como mão-de-obra barata, a qual deve se reproduzir com o mínimo de custo, era melhor que o pobre fosse invisível. Esteticamente desagradável e criatura do atraso humano, contrastava com a cidade moderna ao ponto de enfeia-la. É ainda

fonte da criminalidade, o que justifica ainda mais mantê-lo à distância.

Afastá-lo para periferia, mantendo o mesmo na cidade apenas tempo suficiente para cumprir sua carga de trabalho, facilitaria sua invisibilidade. Sua habitação distante não incomodaria. Como mão-de-obra barata, poderia reproduzir sua força de trabalho com um mínimo necessário e longe da cidade.

Desta forma, uma separação clara entre aqueles que pertencem e não pertencem ao espaço central está na origem da cidade moderna. Da forma como o projeto de Haussmann (prefeito do antigo departamento do Sena (França), entre 1853 e 1870), foi transposto na reforma Pereira Passos (prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906), a mão de obra necessária à fábrica deveria ficar contida.

Haussmann compreendeu claramente que sua missão era ajudar a resolver o problema do capital excedente e do desemprego pela via da urbanização. A reconstrução de Paris absorveu enormes quantidades de trabalho e de capital para os padrões da época e, junto com uma supressão autoritária das aspirações da força de trabalho parisiense, foi um veículo fundamental de estabilização social. (HARVEY, 2009:10)

A questão do capital excedente, como aborda Harvey (2009), transforma a cidade segundo os interesses da produção, a qual atende a ideia de controle dos trabalhadores. Constituído entre operários e patrões, temos um abismo significativo engendrado na construção do projeto urbano desta cidade.

2. Questões urbanas

A habitação precária, como problema ou como parte da cidade, vem transitando entre estas duas concepções ao longo do tempo. Entretanto, percebe-se um recrudescimento crescente dos conflitos. A pobreza urbana vai conformando uma determinada perspectiva apropriada pelas políticas públicas, a qual orienta suas relações com o lado formal da cidade. Cresce, transita de atraso e questão sanitária para ameaça à segurança pública e lugar do tráfico de drogas.

Mas, durante o andamento séc. XX, ainda que estabelecida uma diferença entre os habitantes da urbe, um conflito mais contundente levou tempo para se instalar. Segundo Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2000), houve um momento de “acordo” entre as duas partes da cidade. Esse pacto tácito permitiu uma convivência baseada na ideia de que eram justificadas as proposições hierárquicas, entre “instituídos” e “marginais”, no espaço urbano.

O clientelismo e a patronagem implicavam em valores sociais e culturais de solidariedade e lealdade minimamente compartilhados entre os patrões e os empregados, os de cima e os de baixo, os superiores e os inferiores, e até mesmo entre os marginais e os integrados. Não é desprezível o papel desse sistema de reciprocidade na explicação do fato de termos tido um processo urbano marcado, ao mesmo tempo, pela desigualdade e pela pobreza, mas também pela mobilidade social. (RIBEIRO, 2000)

Dessa forma, durante um determinado período, o projeto de urbanização que criava parâmetros desiguais de ocupação teria certa anuência. Essa imagem propõe um Rio de Janeiro onde os moradores tinham a separação como “normal”. Nada mais natural que os

pobres que vagueassem pela cidade fossem reprimidos.

De fato, as leis contra a vadiagem, das quais a Inglaterra também fez uso, a “lei dos pobres” (FOUCAULT, 2007a), eram plenamente justificadas na ordem pública. À medida que mais e mais indivíduos desejam usufruir da parte central da cidade, a qual tem melhor infraestrutura, tal pacto tácito é rompido. Essa ideia propõe como invasores aqueles que não detêm o status relativo ao morador da urbe.

Por outro lado, outros estudos, ao refletirem sobre a violência em nossas cidades – e especificamente no Rio de Janeiro (Velho, 1996) –, têm destacado a crise do sistema de reciprocidade baseado nas relações hierárquicas de compadrio e clientelismo e os bloqueios à instauração da reciprocidade findada na cidadania – portanto, em direitos e deveres. (RIBEIRO, 2000)

Neste caso, se considerarmos a proposição originária desse “rompimento” evoluindo ao longo dos anos, uma violência de mesmo gênero tem crescido em escala. Assim, não é um problema recente, fruto das presentes condições sociais e econômicas, mas uma questão remota que quer separar o que é adequado daquilo que é inadequado.

A ideia de expulsar moradores indesejáveis, por questões estéticas e sanitárias, com o uso da violência e pela remoção é antiga. O aumento dos efetivos policiais no Rio de Janeiro pode apontar uma mesma mentalidade por parte das políticas públicas, na qual a resistência deve gerar o emprego de mais força.

A mesma lógica poderia orientar a relação com comunidades inteiras. Sua resistência vai indicar o grau de força empregado para removê-las. Entretanto,

ao longo dos anos, os moradores destas comunidades aprenderam que os locais para onde são removidos representam grandes desvantagens. Dessa forma, a resistência vem aumentando, a desconfiança a todo e qualquer programa de remoção só cresce.

A forma com a qual o Estado lida com as comunidades, e acaba por “estimular” a saída de alguns indivíduos do centro da cidade, é via de regra a violência, a qual empobrece as condições daquele morador até que ele decida migrar. O problema é que a violência penaliza toda a cidade, criando uma coexistência difícil.

É o mesmo dispositivo que procura manter o indivíduo como trabalhador que serve a cidade, e docilmente retorna a periferia. O mesmo mecanismo, o qual procura impor um determinado lugar e um determinado deslocamento, assim com uma determinada perspectiva de trabalho e ascensão social para este indivíduo.

Notas finais

As políticas de remoção, sanitárias e de enfrentamento à criminalidade, se confundem com a própria história da cidade e seu processo de urbanização. Além da atenção às necessidades da produção moderna, esse processo concebe ao longo do tempo uma proposição de ordenamento da cidade.

A intervenção justificada pelo viés higienista permanece ainda nas entrelinhas dos discursos mais recentes. A favela como lugar de desordem e foco de epidemias é também a origem da violência e da tensão na cidade. Esta, raramente é representada como um fator da reprodução da mão de obra barata, a qual permite a transferência e acumulação de riqueza mais eficientes.

Assim, perde-se de vista o importante papel da favela como mecanismo da

manutenção da força de trabalho empobrecida, e destaca-se a mesma como o elemento central de uma narrativa sobre a criminalidade. A habitação precária, e as condições de vida que a acompanham, tem sido terreno farto para especulação em relação à violência. As “classes perigosas” são fator de desconfiança e medo, e assim, também de repressão e remoção.

O debate Internacional em torno da violência vem considerando diversas variáveis sobre a vítima, no caso de homicídios em regiões empobrecidas, desviando da conjuntura em questão e do papel do Estado (ZALUAR; BARCELLOS, 2013). A concepção sugere o problema como local, e não como fruto de uma interação desfavorável entre as comunidades e o cenário político-econômico.

De acordo com essas teorias, as vítimas morariam em bairros superpovoados, etnicamente heterogêneos e com altas taxas de desemprego; bairros cuja população é de renda e escolaridade mais baixa; viriam de famílias chefiadas por mulheres e com gravidez na adolescência. São escassos, entretanto, estudos que tomem conjuntamente tais determinantes, procurando entender a interação entre eles. Poucos estudos consideram as configurações geopolíticas locais dadas pela atuação de grupos ou de governo. (ZALUAR; BARCELLOS, 2013: 17)

Da mesma forma, as medidas de políticas públicas que atuam nas favelas tendem a tratá-la como foco dos problemas. É uma proposição que aumenta as fronteiras entre “morro” e “asfalto” criando um distanciamento que incita a rivalidade. É como se a

responsabilidade sobre os conflitos viesse de uma só parte.

A segregação dos espaços vem atribuindo valores desiguais aos mesmos, assim como relações desiguais de poder entre aqueles que os ocupam. As divisões territoriais na cidade funcionam inclusive como demarcações de status, poder e prestígio, decorrendo uma distribuição desigual de recursos e serviços. O lugar de cada um sinaliza um determinado papel em função da urbe, e suas implicações.

E o que podemos agora fazer com as imensas concentrações de riqueza e privilégios em nossas cidades naquilo que até as Nações Unidas retratam como um “planeta de favelas” em explosão. (HARVEY, 2009:09)

Dessa forma, o cenário atual da cidade do Rio de Janeiro, como vem se desenvolvendo ao longo de sua história, desenha um mecanismo de supressão. Os esforços de contenção das favelas em seus territórios designados, com efeito, criam este quadro. As intervenções do poder público em relação à segurança são, portanto, dirigidas por uma determinada proposição.

Aqueles que de alguma forma “não estão no seu lugar”, ou seja, não exercem o papel esperado, residindo ou transitando fora do seu espaço designado, cumprem os requisitos para repressão ou remoção. Esses são “inimigos do Estado”, aqueles que recebem as políticas públicas de segurança pelo outro lado do espelho, não como uma barreira para que o perigo não entre, mas como um muro para que este não saia.

Assim, não é possível pensar as soluções que resolvam a questão da violência na cidade do Rio de Janeiro

sem que uma integração de fato aconteça. O que no discurso se traduz em boa vontade, na prática produz mais enfretamento. E dessa forma persiste o conflito, traduzido em mais violência para o cotidiano da cidade.

Referências

CAVALCANTI, Mariana. À Espera, em Ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'. **DILEMAS: Revista de Estados de Conflito e Controle Social**, v. 6, p. 191-228, 2013. Disponível em <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-2-Art1.pdf> acesso em 26/02/2015.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento do Hospital. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 99-111, 2007.

_____. O Nascimento da Medicina Social. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 79-98, 2007a.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 26, p. 09-17, 2009. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/download/74124/77766> acesso em 26/02/2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, p.63-98, 2000. Disponível em http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/CIDADE_DESIGUAL_OU_CIDADE_PARTIDA.PDF acesso em 26/02/2015.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 15, n. 44, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145> acesso em 26/02/2015.

ZALUAR, Alba; BARCELLOS, Christovam. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. vol.28, n.81, pp. 17-31, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/02.pdf> acesso em 26/02/2015.